

19 e 20 de junho de 2018

Percepções a respeito da Atividade de Auditoria Cooperativa

1. Avaliação crítica dos Sistemas Cooperativos

1.1. Baixa qualidade dos trabalhos

- a) Análises de operações de crédito dando maior ênfase aos aspectos de formalística do que aos de risco.
- b) Maioria dos apontamentos não possuem profundidade, não são relevantes e já eram de conhecimento da Cooperativa (a expectativa da Cooperativa Filiada era receber apontamentos não identificados pela administração);
- c) Troca constante de equipe de auditores (durante a realização dos trabalhos ocorreu a troca de responsável técnico e membros da equipe, dificultando o contato e impactando no alinhamento e qualidade dos trabalhos);
- d) Apontamentos em relatório sem mencionar o embasamento estatístico;
- e) Recomendações de auditoria muito abrangentes e com pouco foco na solução do problema;
- f) Ausência de menção sobre insuficiências de provisão para operações de crédito em valores relevantes, já identificados pelo monitoramento da Central. E em situações que houve o apontamento no trabalho de auditoria cooperativa, não constou no Relatório das DFs como ressalva ou ênfase;
- g) Insuficiência nas análises/testes de alguns itens do escopo, tais como: situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto prazo e longo prazo, liquidez e adequada avaliação dos ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; implementação, adequação e conformidade do sistema de controles internos e, de uma forma geral, o tópico que trata sobre a adequação da gestão de risco e de capital;
- h) Nivelamento de escopo x horas consideradas insuficientes para realização dos trabalhos;
- i) Apontamentos relevantes identificados pela auditoria da central e não mencionados no relatório de auditoria cooperativa;
- j) Apontamentos sustentados em apenas um caso de valor imaterial, e classificados como Médio Risco;
- k) Deficiências identificadas na formalística dos Relatórios, com erros e divergências entre dados, índices e indicadores sobre o mesmo apontamento;
- l) Ausência de um aprofundamento nos processos de maior risco, de modo que consiga identificar os riscos potenciais a serem corrigidos que, de fato, possam comprometer a continuidade da instituição;
- m) Conclusão sobre todos os itens avaliados e não somente pelos indicados como irregulares;
- n) Ausência de menção/análise de itens do escopo, tais como: segregação de funções e conflitos de interesse; segregação de atividades de gerenciamento de riscos em

19 e 20 de junho de 2018

relação às áreas de negócio; adequação da auditoria interna em PLD/FT e aderência aos dispositivos do Manual de Crédito Rural (MCR);

- o) Utilização de data base antiga (relatório final emitido em abril/18 com apontamentos de data base janeiro e fevereiro/17);
- p) Carteira de crédito – gestão e Risco de Crédito. Considerações: embora seja um dos mais relevantes nas cooperativas de crédito, observamos trabalhos sem profundidade, inclusive critérios difusos para as amostragens, quando observado o porte das singualres e falta de parecer conclusivo sobre a carteira de crédito. Proposta: Apesar do assunto estar relacionado à questão dos escopos (definições claras e objetivas), optamos por fazer um destaque a parte considerando a relevância do tema.

1.2. Sobreposição de Escopos

- a) Sombreamento de escopos entre AC (Auditoria Cooperativa) e AI (Auditoria Interna). Considerações: Retrabalho; indefinição de quem efetivamente realizará os testes. Proposta: Definir efetivamente o papel e a responsabilidade de cada entidade. Atualmente, devido aos exames superficiais realizados pela AC, as supervisões dos Sistemas acabam incluindo em seus escopos atividades que estavam previstas também para EAC.
- b) Que o escopo do trabalho da auditoria Cooperativa seja revisado de modo a não haver sobreposição com a Resolução 4.588/2017.
- c) Redundância do escopo da auditoria interna das entidades (S4) com o da auditoria cooperativa;
- d) Definir o que compõe o “Sistema de Controles Internos” e estruturar suas divisões dentro desse contexto. Haja vista, o referido Sistema ser composto por: Conformidade; Supervisão Indireta; e Auditorias. Dessa forma, é necessário estabelecer uma única norma para a supervisão do SNCC, definindo o que compõe a estrutura do Sistema de Controles Internos, estabelecendo os objetivos e escopo de trabalho de cada componente do sistema, de forma clara. Com isso, teríamos apenas uma norma, devidamente estruturada sobre todo o processo de Supervisão das Cooperativas. Além disso, a eficiência das estruturas de Conformidade e Supervisão Indireta do Sistema de Controles Internos seria avaliada pela estrutura de Auditoria Cooperativa e Externa, pelo Conselho Fiscal das instituições e pelo BACEN, não necessitando de tantas estruturas independentes e segregadas com objetivos comuns e fiscalizando as mesmas operações (redundância).
- e) Redundância com as verificações realizadas pelas estruturas de CI, Conformidade e Gestão de Riscos;
- f) Redefinir o escopo de trabalho das EAC, de modo que foquem nas operações e processos de maior impacto na continuidade, solidez e desenvolvimento seguro das instituições, evitando redundância com outras estruturas de supervisão;
- g) Entendemos que deve haver uma reavaliação do objetivo da Resolução 4.454/2015 considerando as mudanças relevantes promovidas por resoluções publicadas posteriormente, principalmente pelas alterações introduzidas pela Resolução CMN 4.553 e 4.588.

19 e 20 de junho de 2018

- h) Reavaliar e consolidar as normas sobre as atribuições especiais das centrais, previstas na Circular 3.400 – BACEN e Carta-Circular 3.337 – BACEN, tendo presente às atribuições previstas para as auditorias cooperativas na Circular – BACEN 3.799. A título de exemplo, citamos a exigência de inspeção direta periódica pela Central prevista na Circular 3.400 e a exigência de auditoria cooperativa na Resolução CMN 4.454, ambas com escopo similar;

1.3. Prazo para entrega do Relatório de AC

- a) Que tenha uma melhor definição do prazo que a contratada tem para entregar o relatório final.
- b) Demora em apresentar o relatório final (o trabalho foi iniciado em fevereiro/17 e o relatório foi emitido em abril/18);
- c) Relatório final não representa a realidade da Cooperativa (conforme comentado pelas Cooperativas durante as reuniões de fechamento, devido à demora para conclusão dos trabalhos, muitos dos pontos já estavam regularizados na data de emissão do relatório);
- d) Cumprimento do cronograma de trabalho como consequência atraso na entrega dos relatórios;
- e) Relatórios emitidos com atraso, acima dos 30 dias da data prevista na programação anual;

1.4. Relatório de Auditoria Cooperativa

- a) Ausência de informação da data de conclusão dos trabalhos, para mensurarmos se os relatórios foram emitidos conforme prazo estipulado pela circular Bacen;
- b) Ausência de informação da programação dos trabalhos;
- c) Ausência de definição do tipo de relatório a ser emitido na conclusão dos trabalhos.
- d) Dificuldades de alinhamento em relação ao reporte dos apontamentos para as respectivas alçadas (Confederação/Centrais/Filiadas). Considerações: devido a falta desse tipo de definição, ocorreram equívocos quanto aos destinatários dos apontamentos, assim como não houve uma conclusão satisfatória sobre os riscos incorridos em cada nível do sistema. Proposta: definir melhor qual o tipo de relatório a ser emitido ao final dos trabalhos com os itens mínimos exigidos para a conclusão dos trabalhos de AC. Melhorar o reporte para os 3 níveis, inclusive com reunião de encerramento dos trabalhos.

1.5. Relacionamento com auditores

- a) Pouco trabalho *in loco* e contato entre Cooperativa Filiada e auditoria (trabalho foi conduzido grande parte por documentos compartilhados pela Central e de forma remota);
- b) Falta de discussão sobre pontos específicos de cada cooperativa (durante a realização dos trabalhos não houve contato da auditoria com diretoria e

19 e 20 de junho de 2018

colaboradores das Cooperativas para entendimento dos pontos críticos de cada Cooperativa);

- c) Ausência de reunião para encerramento dos trabalhos de auditoria para *feedback* dos achados de auditoria;
- d) Que tenha mais claro que visitas *in loco* são definidas por meio de acordo entre contratada e contratante.

1.6. *Dispensa de Auditoria Interna*

- a) Extinção da obrigatoriedade de auditoria interna para as S4;
- b) Dispensa de Auditoria Interna para a Central, visto que passa pelo processo de Auditoria Cooperativa nos 3 níveis.
- c) Que a atuação da auditoria cooperativa seja obrigatória apenas para aquelas cooperativas que não são filiadas a centrais (Cooperativas Independentes);
- d) Auditoria Interna para Cooperativas Centrais e Confederações (S4). Embora a resolução em vigor (4.588) tenha dispensado apenas as cooperativas enquadradas no segmento 5 (S5), reiteramos que os escopos para *auditoria interna* e para *entidade de auditoria cooperativa*, em relação as entidades citadas acima, possuem *interseções* relevantes, aumentando o custo de observância para os sistemas cooperativo, principalmente pela falta de sinergia entre os trabalhos, afetando a eficiência.

1.7 *Detalhamento do Escopo*

- a) Melhor detalhamento do escopo das atividades previstas na Circular 3.799 – BACEN, sobretudo quanto ao contido no artigo 1º, inciso “I”, alíneas abaixo:
 - Situação econômico-financeira, incluindo aspectos de saúde de curto e longo prazo, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas; e
 - Processos de concessão e de gerenciamento de crédito. Como exemplo a adotar, o detalhamento dos procedimentos de análise relacionados nos anexos da Carta-Circular 3.337 – Bacen.
- b) Necessidade de revisão do escopo, fazendo constar de forma completa, as atividades/testes de auditoria para cobrir os itens descritos;
- c) Que a empresa contratada faça um “ranqueamento” interno das Cooperativas, com base em critérios pré-definidos pelo BACEN.

1.8. *Escopo x Segregação*

- a) Integrar as normas de auditoria, contemplando a segregação de estruturas e definição clara dos objetivos de cada uma;
- b) Escopo genérico para os diferentes níveis de sistemas cooperativos. Impacto: devido a essa falta de definição e considerando a abrangência do escopo, os auditores acabam dedicando horas para atividades/rotinas de menor relevância que inclusive não colocam em risco a continuidade, a situação econômico-financeira ou a imagem da cooperativa ou do Sistema (por exemplo: apontar que a fonte usada em banner

19 e 20 de junho de 2018

informativo não estava uniforme ou que a cooperativa não divulgou o telefone de contato do SAC. Proposta: definir escopo com base no porte, complexidade e principalmente considerar a característica da Entidade: Principais riscos de uma singular: governança; crédito e operacional; Principais riscos para uma Central: governança, centralização financeira (riscos de crédito e mercado), supervisão e gestão de riscos; Principais riscos para uma Confederação: governança, centralização financeira, crédito, supervisão e gestão de riscos.

1.9. Conhecimentos técnicos dos auditores

- a) Falta de senioridade dos auditores responsáveis pelos trabalhos presenciais. Considerações: Ausência de entendimento e experiência para tratar temas específicos relacionados a atividade das cooperativas de crédito, gerando debates desnecessários. Proposta: Atualmente a norma exige conhecimentos técnicos relativo ao segmento cooperativista apenas dos diretores, gerentes e responsáveis técnicos, que normalmente não são os responsáveis pela execução dos trabalhos presenciais, e não faz menção a equipe de auditores.
- b) Pouco conhecimento da prática e de processos do segmento de Cooperativas de Crédito (visão muito acadêmica).

1.10. Auditoria cooperativa x Auditoria Externa

- a) Emissão de relatório de auditoria cooperativa em conjunto com o relatório de auditoria independente;
- b) Falta da sinergia efetiva entre AC e AE (auditoria externa). Considerações: Quando dos exames das demonstrações (pela mesma empresa de auditoria), observamos horas gastas para realização de testes na carteira de empréstimos, quase que simultaneamente/sequência às atividades da AC, gerando sobrecarga de trabalho para as Singulares devido a preparação e envio de documentos/dossiês de crédito. Proposta: Aproveitar esse fórum para expor as empresas a essa deficiência, visando a busca de nivelamento e aperfeiçoar os procedimentos.

1.11. Sistemas de Comunicação

- a) Ausência de sistema para compartilhamento de informações/dados/documentos. Considerações: Trânsito de informações, inclusive confidenciais, por e-mail, pendrive etc, dificultando a remessa, devido ao tamanho dos arquivos, além de expor a segurança da informação. Proposta: O Bacen ou as empresas de auditoria, disponibilizarem uma ferramenta específica (tal como o Google Drive, Dropbox, etc.) para esse fim, de forma a garantir o recebimento/entrega, a integridade e, principalmente, a segurança dos dados/informações compartilhados.

1.12. Participação das Cooperativas na definição do escopo

19 e 20 de junho de 2018

- a) Que a norma permita, claramente, que o contratante pode solicitar inclusão de itens no escopo que julgar relevantes, a partir de sua gestão de riscos.

1.13. Planos de Ação

- a) Que a norma tenha previsão de como deve ser a apresentação de planos de ação, se formais, se devem compor o relatório, entre outros.

1.14. Fatos Relevantes

- a) Que tenha mais clareza sobre que informações o BACEN julga materialmente relevantes, para dar subsídio ao Artigo 7º da Resolução 4.454.

2. Avaliação crítica das Empresas e Entidade de Auditoria Cooperativa

2.1. Escopo

- a) Escopo requerido extenso considerando auditorias anuais.
- b) É necessária a realização integral do escopo previsto na Circular BC nº 3.799 anualmente? É julgamento do auditor a redução do escopo (extensão e profundidade) a partir da avaliação preliminar de riscos (Res. CMN nº 4.454) e da avaliação dos trabalhos anteriores para definição do escopo do trabalho?
- c) Com relação ao tópico I, letra a (situação econômico-financeira, incluindo aspectos de higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido e sobras ou perdas), o BACEN poderia nos fornecer algumas métricas de comparação. Dessa forma, o BACEN teria uma análise mais profunda e com comparabilidade de todas as cooperativas de crédito do Brasil;
- d) O tópico I, letra b (integridade e fidedignidade das informações contábeis) poderia ser excluído ou ter uma especificação maior para a auditoria cooperativa. Esse comentário está baseado no fato da integridade e fidedignidade das informações contábeis fazerem parte da auditoria das demonstrações contábeis, que é regulamentada pelas Resoluções CMN 4.434/15, 3.198/04 e 2.682/99 e pela Circular BCB 3.467/09. Como é um tópico com uma forte veia contábil, o que é esperado ser analisado na auditoria cooperativa diferentemente do que seria verificado na auditoria das demonstrações contábeis? Se não há diferenciação, as cooperativas de crédito não terão apetite para ter duas empresas distintas para a execução das duas auditorias (cooperativa e demonstrações contábeis), pois buscará a sinergia desse tópico nas duas auditorias.
- e) O tópico I, letra c (conciliação de saldos contábeis relevantes) poderia ser excluído ou ter uma especificação maior para a auditoria cooperativa, pelos mesmos motivos apresentados acima.
- f) Aspectos a serem considerados na avaliação da higidez de curto e longo prazos, liquidez e adequada avaliação de ativos, passivos, patrimônio líquido;

19 e 20 de junho de 2018

- g) Aspectos ligados à capacidade de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos;
- h) Aspectos ligados à aderência a normas de contratação de produtos e de prestação de serviços financeiros, inclusive no que tange ao conteúdo e à transparência das relações contratuais;
- i) Aspectos ligados a adequação da auditoria interna em PLD/FT .
- j) O inciso II, “a”, da Circular nº 3.799, requer que o auditor avalie a segregação de funções e conflitos de interesse em atividades críticas. Dúvida: Como tratar as cooperativas de diminuto porte, particularmente as de capital e empréstimo, cuja estrutura administrativa muitas das vezes se resume a uma diretoria e apenas um funcionário?
- k) O inciso III, “b”, da mesma Circular, requer que o auditor avalie a formação, capacitação e disponibilidade de tempo dos membros de órgãos estatutários, gerentes e dos integrantes da equipe técnica. Dúvidas:
 - O que o regulador espera no tocante à formação?
 - No tocante à capacitação, qual deve ser o procedimento do auditor nos casos em que membros de órgãos estatutários, gerentes e integrantes da equipe técnica não participam regularmente de programas de capacitação?
 - Qual deve ser o procedimento do auditor quando identificar que membros de órgãos estatutários sequer comparecem à cooperativa, alguns por motivo de frequentes viagens a serviço das empresas nas quais trabalham?

2.2. Relatório de Auditoria Cooperativa

- a) Necessidade de maior detalhamento das informações a serem prestadas no relatório anual de atividades de auditoria cooperativa.
- b) Discussão sobre a possibilidade de elaboração de um modelo de relatório de Auditoria Cooperativa, em conjunto com o Ibracon.
- c) No artigo 2 da Circular 3.799, é solicitado a apresentação de conclusões do trabalho em linguagem clara, objetiva e de fácil entendimento. Para termos uma conclusão objetiva, que seja comparável entre todas as cooperativas de crédito do Brasil, o Bacen poderia fornecer uma métrica, critério de comparação que seja de conhecimento do mercado.
- d) Após a análise de alguns dos trabalhos realizados pelas auditorias independentes e EAC e relatórios emitidos no ano de 2017/18, o Bacen tem a expectativa de emitir modelos de relatórios, que deveriam ser observados para os trabalhos de 2018?
- e) Padronização e formatação dos relatórios;
- f) Uniformização, observadas as particularidades de cada firma de auditoria, dos requisitos mínimos que deverão contemplar os documentos a serem produzidos por unidade auditada, “Comunicação de fatos materialmente relevantes”, “Relatório de Auditoria Cooperativa” e “Relatório Específico”;
- g) Sugestão para implementação no “Relatório de Auditoria Cooperativa” no item de acompanhamento ou follow-up, segmentação deste item em três partes, sendo Parte

19 e 20 de junho de 2018

A – Apontamentos de auditoria do exercício atual, Parte B – Apontamentos de períodos anteriores em implementação, e Parte C – Apontamentos implementados no exercício;

2.3. Prazo para realização dos trabalhos de AC

- a) Prazo curto para realização das auditorias no exercício, considerando a data de credenciamento das entidades *versus* quantidade de cooperativas auditadas, planejamento dos trabalhos e escopo previsto nos normativos.
- b) Os trabalhos de auditoria devem ser integralmente concluídos até dezembro de cada exercício social?

2.4. Expectativas do mercado

- a) Necessidade de maior entendimento do mercado em relação ao que representa e o alcance da auditoria cooperativa.
- b) Expectativa do segmento quanto à cobertura dos trabalhos de auditoria cooperativa de aspectos de conformidade dos produtos e serviços previstos em manuais internos.

2.5. Fatos Relevantes

- a) Qual o conceito prático de fatos materialmente relevantes? Há alto grau de subjetividade nesta definição.
- b) Fatos relevantes: além do tema "Sucessão", quais são os fatos classificados pelo BACEN como relevantes? Uma lista dos possíveis fatos relevantes contribuirá para a uniformização dos trabalhos e comunicações que poderão ser realizadas pelas auditorias independentes e EAC.

2.6. Comunicação

- a) Suficiência da comunicação, respeitando os prazos previstos em norma, realizada por *email* (cronograma anual, fatos relevantes e outros).
- b) Como sugestão, seria interessante disponibilizar um canal de comunicação entre o BACEN e a empresa de auditoria executora dos serviços, para alinharmos o entendimento de normativos e posições técnicas, com relação ao trabalho executado.

2.7. Contratação da AC

- a) Conforme art. 4º, inciso I, da Circular BCB 3.799/2016, a programação anual detalhada das atividades de auditoria cooperativa deve ser entregue até 31 de outubro do ano anterior, no entanto, na prática, as contratações de 2018 ocorreram entre os meses de abril e maio, no mesmo ano. Ainda, há várias propostas emitidas, que ainda estão pendentes de decisão por parte das cooperativas. Com isso, a programação fica comprometida, pois todos os exames ocorrerão somente no segundo semestre, o que dificulta a elaboração e distribuição da programação para execução dos serviços. Nesse sentido, gostaríamos de saber, se para o próximo

19 e 20 de junho de 2018

exercício (2019), será reforçado pelo BACEN, para que as cooperativas se antecipem quanto à decisão da contratação da empresa de auditoria, atendendo ao prazo estipulado na referida resolução.

- b) Prazo para as cooperativas formalizarem a contratação dos trabalhos de auditoria cooperativa, no máximo até 30 de setembro do ano anterior a realização do trabalho, tendo em vista o prazo de 31 de outubro, da Circular BACEN nr. 3799/2016, art. 4, inciso I.

2.8. Capacitação

- a) Por se tratar de um serviço novo e ainda em discussão/consolidação se faz necessário a ampliação dos treinamentos aos profissionais.

2.9. Responsável Técnico

- a) Quem são os responsáveis técnicos previstos na norma? Diretores, gerentes, supervisores? Os responsáveis técnicos devem assinar os relatórios?

2.10. Supervisão Auxiliar

- a) A Circular BC nº 3.400 e Carta-Circular BC nº 3.337 ainda são aplicáveis? São exigidas das supervisões das centrais? Se sim, até quando?

2.11. Auditoria Cooperativa e Auditoria Interna

- a) É importante esclarecer os diferentes papéis dessas auditorias, uma vez que algumas cooperativas entendem que a auditoria cooperativa deve atender às suas necessidades de auditoria interna, e algumas vezes, tendem a buscar uma customização do nosso programa de trabalho (com propósito de auditoria cooperativa, de competência dos auditores externos credenciados) para essa situação.

Outras questões

- a) Que a norma determine maior foco em controles internos, para que a contratada não se prenda tanto a cumprir a normativa.
- b) Papel das firmas credenciadas na realização de auditoria da gestão de riscos centralizada/sistêmica (riscos de mercado, operacional, liquidez e crédito) para as avaliações e conclusões de auditoria previstas no escopo da auditoria cooperativa.